



EDITAL DE LICITAÇÃO

A **Comissão Permanente de Licitação**, com sede na PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, à Rua Ozeas Pinto nº 140, centro nesta cidade de Viçosa/RN, torna público que fará realizar licitação na modalidade de **Pregão Presencial**, do **tipo menor preço por item**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com a Lei nº 10.520/02, subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93. Os envelopes, contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital, deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação, no endereço supra - citado, **no dia 29 de Janeiro de 2016 às 09:00 (nove) horas**, quando será realizada a sessão pública de abertura.

1 - TERMO DE REFERÊNCIA

1.1 - PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL: 005/2015

1.2 - Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações:

Órgão: Prefeitura Municipal de Viçosa
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

2 - DO OBJETO

2.1 - É objeto desta licitação **aquisição gradual de gêneros alimentícios destinados à manutenção de todas as Secretarias e Órgãos incorporados em especial ao Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Viçosa**, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste edital.

2.2 - Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, à Rua Ozeas Pinto nº 140 - centro nesta cidade de Viçosa/RN.

2.1.2 – A entrega deverá atender a demanda do licitante, obedecendo à requisição deste, de forma diária se for o caso, tendo o licitante vencedor o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para entregar o objeto no local especificado, prazo contado a partir de recebimento da requisição com especificação e quantitativo.

2.3 - Os produtos objeto desta licitação, deverão estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que só serão aceitos após exame técnico efetuado pela comissão de recebimento da Secretaria responsável e por servidor habilitado indicado para tal fim e, caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem incorreções, não serão aceitos,



devendo ser retirados pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da notificação.

3 - LOCAL, DATA, E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E DE ABERTURA DOS ENVELOPES

3.1 - A abertura desta licitação ocorrerá **no dia 29 de Janeiro de 2016 às 09:00 (nove) horas**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº. 01 - Propostas de Preços e nº. 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro, bem como a **declaração, em separado, dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente edital.**

3.2 - As empresas interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto ao Pregoeiro, a partir das **08:30 (oito e trinta) horas** do dia especificado no item anterior.

3.3 - Não será permitida a entrega de envelopes ou quaisquer outros documentos através de via postal, fax, e-mail e similares, exceto remessa de desistência de recurso administrativo.

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Os proponentes ou seus representantes legais deverão apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro e/ou Equipe de apoio, munidos de documentos que os credenciem a participar deste procedimento licitatório, identificando-se com a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, **a partir das 08:30 (oito e trinta) horas do dia 29 de Janeiro de 2016**

4.2 - O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou particular de mandato, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente ou, em sendo sócio, dirigente, proprietário ou assemelhado, deverá apresentar cópia do Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes.

5 – DA PROPOSTA DE PREÇO

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser datilografada ou impressa eletronicamente em papel com identificação da empresa, em 02 (duas) vias, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente, a ser entregue em envelope devidamente fechado e rubricado no lacre, contendo, na parte externa e frontal, as indicações:



ENVELOPE 01 - **PROPOSTA DE PREÇOS**
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA
LICITAÇÃO Nº 005/2016– PREGÃO PRESENCIAL
LICITANTE: (nome por extenso)

5.2 - Na Proposta de Preços deverá constar:

5.2.1 - O nome da empresa, bem como Razão Social, CNPJ, endereço e telefone.

5.2.2 - Preço unitário e global, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº. 8.666/93, sendo os valores relativos a cada item (unitário e global) em algarismo e o valor global da proposta em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as condições deste Edital;

5.3 - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexeqüíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

5.4 - A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.5 - Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

5.6 - Todos os insumos que compõem o preço, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta do proponente.

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - Para habilitação, deverá **a empresa vencedora** apresentar, no envelope nº. 02 – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, em 1 (uma) via e em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer à Comissão Julgadora os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados.

6.1.1 - Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

6.1.2 – Os proponentes interessados na autenticação das cópias pelo pregoeiro ou equipe de apoio, deverão procurar o pregoeiro ou equipe de apoio, antes do início da sessão de abertura da



licitação para proceder à autenticação, pois, em hipótese alguma serão autenticadas durante a realização do certame.

6.1.3 - Os documentos deverão ser apresentados encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.

6.1.3.1 – O descumprimento do item acima não será motivo de inabilitação do proponente.

6.1.4 – Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

6.1.5 - Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

ENVELOPE 02 - HABILITAÇÃO
À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA
LICITAÇÃO Nº 005/2016– PREGÃO PRESENCIAL
LICITANTE: (nome por extenso)

Os proponentes deverão apresentar:

6.2 – Documentos relativos à habilitação jurídica:

6.2.1 - Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.2.2 - Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de empresa individual;

6.2.3 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.3 – Documentos relativos à Regularidade Fiscal:

6.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou



sede do proponente;

6.3.2.1 - A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal e PGFN deverá ser feita através de Certidão conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº. 003 de 22/11/2005.

6.3.2.2 – A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão conjunta de Débitos relativos à Tributos Estaduais e Dívida Ativa do Estado.

6.3.3 - Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

6.3.4 - Certidão Negativa de Débito (CND) fornecido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

6.3.5 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.3.6 – Certidão Negativa de Tributos Municipais do município sede da licitação.

6.4 – Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

6.4.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata e Certidão (ões) Negativas (s) de Protestos (s) expedidas pelos competentes Cartórios da comarca sede ou domicílio do licitante, emitida nos últimos 30 (trinta) dias;

6.5 – Documentos relativos à qualificação técnica:

6.5.1 – Atestado (s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando o fornecimento compatível com o objeto da licitação.

6.6 - Não tendo a empresa classificada como vencedora do certame apresentado à documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, observada as mesmas condições propostas pela vencedora do certame.

6.7 - A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.



6.6 – Outras Exigências:

6.6.1- Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Comissão Permanente de Licitação do município de Viçosa, dentro do prazo de validade ou Cadastramento prévio e regular junto ao SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

6.6.2 - Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

6.6.2.1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

6.6.2.2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;

6.6.2.3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

6.6.2.4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº. 8.883/93.

6.6.5 - Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº. 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;

6.6.6 - Declaração expressa de que o proponente tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

7– DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

7.1 - Aberta a Sessão, os interessados, ou seus representantes legais, entregarão ao Pregoeiro, devidamente lacrados, os envelopes nº. 01 e nº. 02 e apresentarão, em separado, **Declaração dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação.**

7.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

7.3 - Serão abertos, pelo Pregoeiro, todos os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que se procederá a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.



7.3.1 - Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

7.4 - No curso da Sessão, o Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores crescentes não superiores a 10% (dez por cento) da de menor preço.

7.5 - Não havendo, pelo menos 03 (três) propostas de preços escritas, nas condições fixadas no item anterior, o Pregoeiro classificará, dentre os presentes, até o máximo de 03 (três), número que poderá ser ampliado em caso de empate, as melhores propostas subseqüentes, para que seus autores participem de lances verbais quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.6 - Para oferta de lances, o Pregoeiro convidará, individualmente, os proponentes classificados, a partir do autor da proposta de maior preço, e as demais, em ordem decrescente de valor, devendo a oferta ser feita por valor unitário.

7.7 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do proponente desta fase do certame, caso em que valerá para o julgamento o valor da proposta escrita.

7.8 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.9 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.10 – Ao final dos lances, caso haja redução de preço, o percentual apurado entre o valor final e o valor inicial, será igualmente deduzido dos valores unitários, ou seja, de cada item.

7.11 - Caso não se realizem lances verbais, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar, QUANTO AO OBJETO E VALOR, e decidirá motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.

7.12 - Após a etapa anterior, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" do proponente que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "6" deste Edital.

7.13 - Caso o proponente classificado em 1º (primeiro) lugar seja inabilitado, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.



7.14 - Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o proponente será declarado vencedor.

7.15 - Em qualquer das hipóteses anteriores, ainda poderá o Pregoeiro negociar, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.16 - Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todos os proponentes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos proponentes, na forma do art. 48, § 3º da Lei n.º 8.666/93, prazo para apresentação de nova proposta ou documentação, em Sessão Pública a ser definida pelo Pregoeiro.

7.17 - Qualquer proponente, desde que presente ou devidamente representado na Sessão, poderá manifestar imediata e motivadamente, no final da mesma, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido **prazo de 03 (três) dias** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo daquele recorrente.

7.17.1 - Os recursos deverão ser entregues na Comissão Permanente de Licitação, em duas vias, sendo dado recibo em uma delas.

7.17.2 - Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por intermédio do pregoeiro, que os receberá e encaminhará devidamente instruído.

7.18 - Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a Comissão Permanente de Licitação remeterá o processo ao dirigente da unidade requisitante, para homologação e adjudicação do objeto.

7.19 - Nessa Sessão, o Pregoeiro dará continuidade ao certame, atendendo às regras e condições fixadas neste Edital.

7.20 - A falta de manifestação imediata e motivada do proponente em interpor recurso, na Sessão, importará na DECADÊNCIA do direito e na continuidade do certame pelo Pregoeiro, atendendo às regras e condições fixadas no Edital, opinando pela adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.

7.21 – O licitante vencedor terá o prazo de 24 horas para apresentar a proposta de preços readequada referente aos itens por ele ganho da fase de lances verbais, com os valores resultantes desta fase de lances.



7.22 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os proponentes presentes.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1 - Será considerada vencedora a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com especificado no Anexo I**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - O objeto deste PREGÃO será adjudicado ao proponente cuja proposta seja considerada vencedora.

8.3 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, a classificação far-se-á, **OBRIGATORIAMENTE**, por **SORTEIO**, em ato público, na própria sessão, conforme disposto na Lei n.º 8.666/93.

8.4 - O pregoeiro poderá desclassificar as propostas cujos preços estejam superiores aos praticados no mercado ou suspender a sessão para que seja realizada pesquisa a fim de verificar tal conformidade.

9 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até 2 (**dois**) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no Serviço de Protocolo da CPL, situado no endereço mencionado no preâmbulo, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de quarenta e oito horas. Demais informações poderão ser obtidas pelo **telefone (84) 3376-0044**

9.2 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o **2º (segundo)** dia útil que anteceder a data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

9.3 - A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, sendo corrigido o ato convocatório.

10 - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA

10.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.



10.2 - No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, serão adotados os mesmos procedimentos já previstos neste Edital para adjudicação e homologação do resultado da licitação.

10.3 - A autoridade competente adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame e homologará o resultado da licitação, convocando o adjudicatário a assinar o Contrato dentro do prazo de no máximo, 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município.

10.4 - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

10.5 - Decorrido o prazo do item 10.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

10.5.1 - Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

10.5.2 - Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

10.5.3 - A multa de que trata o item 10.5.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11 – DO CONTRATO E DO PRAZO

11.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

11.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

11.3 - Farão parte integrante do contrato às condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.



11.4 – O contrato terá vigência de 07 (sete) meses a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado se presentes os requisitos legais e se de acordo com a vontade das partes.

12 – DAS PENALIDADES

12.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- c) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

12.2 - Os valores das multas aplicadas previstas no item 12.1 poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

12.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 12.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

12.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

12.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

12.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento Judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;



- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências.

12.7 – O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

13 - DAS OBRIGAÇÕES

13.1 – DO LICITANTE:

13.1.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

13.1.2. Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

13.1.3. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

13.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

13.1.5. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

13.2 - DA EMPRESA VENCEDORA:

13.2.1. Fornecer o objeto nas especificações contidas nesta licitação, de acordo com a requisição, da quantidade e quais os produtos a ser entregues; diariamente se for o caso, tendo o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para entregar o objeto no local especificado, prazo contado a partir de recebimento da requisição com especificação e quantitativo.

13.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

13.2.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

13.2.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

13.2.5. Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;



13.2.6. Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital, e pelo Ministério da Saúde e ANS.

14 - DO PAGAMENTO

14.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente.

14.2 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

14.3 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

14.4 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 02 (duas) vias.

14.4.1 - Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de regularidade do FGTS, CND do INSS.

14.5 - O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

14.6 - No ato de assinatura do contrato, a contratada deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme necessidade.

14.7 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

15- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

15.2 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.3 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes dos proponentes.



15.4 - Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário previsto.

15.5 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a CPL pelo telefone: (84) 3376-0044, nos dias úteis no horário das 08 às 12 horas.

15.6 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.7 - No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

15.8 - Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela CPL obedecida a legislação vigente.

15.9 - Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Edital.

15.10 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da comarca da cidade de Portalegre/RN, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.11 – É proibido a participação de cooperativas no procedimento licitatório.

15.12- Faz parte deste Edital:

Anexo I – Planilha de Especificação e quantitativo.

Anexo II – Modelo de Declaração de preenchimento dos requisitos da habilitação.

Anexo III – Modelo de Credenciamento.

Anexo IV – Modelo da Proposta Comercial.

Anexo V – Minuta de Contrato.

Viçosa/RN, 14 de Janeiro de 2016

Kleberson Alves dos Santos
CPF: 011.905.264-41
Pregoeiro Oficial



Anexo I – Planilha de Especificação, quantitativos e Preços Bases

Nº	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
1.	Achocolatado em pó com 1 kg	pct	300	7,80	2.340,00
2.	Achocolatado em pó em 400g	pct	350	4,49	1.571,50
3.	Açúcar Branco	kg	2.000	2,77	5.540,00
4.	Adoçante líquido de 100ml	und	30	3,69	110,70
5.	Amido de milho (maisena ou cremogema) 200g	cx	150	2,80	420,00
6.	Arroz branco parbolizado pct 1kg	kg	1.100	2,98	3.278,00
7.	Arroz vermelho longo fino T-1 embalagem de 1kg	kg	1.200	3,20	3.840,00
8.	Aveia fina 250g	pct	600	3,29	1.974,00
9.	Café 500g	kg	600	15,80	9.480,00
10.	Colorífico s/sal pct de 500g	pct	250	3,49	872,50
11.	Creme de leite 250g	cx	350	1,99	696,50
12.	Doce goiaba 300g c/20und	pct	280	3,29	921,20
13.	Ervilha em conserva caxinha 190g	lt	300	1,89	567,00
14.	Extrato de alho em garrafa	und	150	3,78	567,00
15.	extrato de tomate 500g	cx	400	3,39	1.356,00
16.	Farinha de mandioca tipo (amarela). 1kg	kg	400	3,80	1.520,00
17.	Farinha de trigo s/fermento	kg	400	3,29	1.316,00
18.	Farinha láctea 230g	pct	1.200	5,99	7.188,00
19.	Fécula de mandioca	kg	600	3,90	2.340,00
20.	Feijão tipo 1 carioquinha	kg	450	6,98	3.141,00
21.	Feijão tipo 1 corda	kg	350	5,98	2.093,00
22.	Fermento em pó similar a "Royal"	lt	50	2,94	147,00
23.	Flocos de milho 500g	pct	3.000	0,85	2.550,00
24.	Fubá mimosa ou similar pct de 500g	pct	280	1,50	420,00
25.	Leite em pó integral 200g	pct	4.500	3,90	17.550,00
26.	Leite condensado de 250g	cx	35	2,90	101,50
27.	Macarrão tipo espagueta, pct de 500g	pct	2.500	1,90	4.750,00
28.	Maionese 500g	und	200	4,15	830,00
29.	Margarina vegetal 1kg	und	250	5,80	1.450,00
30.	Margarina vegetal 500g	und	320	2,90	928,00
31.	Milho de munguza 200g	pct	80	1,52	121,60
32.	Milho de pipoca 500g	pct	120	2,32	278,40
33.	Milho verde em conserva caixinha de 190g	lt	200	1,94	388,00
34.	Oleo de soja refinado 900ml	lt	350	4,40	1.540,00
35.	Pé de moleque	unda	350	2,28	798,00
36.	Pó p/preparo de leite sabor morango cx/35g	sache	600	3,18	1.908,00
37.	Polvinho azedo especificação pct de 500g	pct	80	3,17	253,60
38.	Preparo em pó para canjiga/cural 200g	pct	350	4,15	1.452,50
39.	Preparo em pó para preparo de mingau tipo nutrilon ou similar 230g	pct	400	3,60	1.440,00
40.	Proteína (texturizada) de soja pct de 500g	pct	350	3,28	1.148,00
41.	Requeijão cremoso 220g	Copo	220	5,16	1.135,20



42.	Sal refinado iodo	kg	220	1,05	231,00
43.	Sardinha em conserva ao molho de tomate 130g	lt	1.200	2,80	3.360,00
44.	Tempero completo tradicional 500ml	und	80	1,83	146,40
45.	Tempero em pó	und	60	2,84	170,40
46.	Vinagre com 500ml	und	320	1,69	540,80
47.	Abacate de primeiro in natura	kg	320	5,98	1.913,60
48.	Abacaxi de 1ª qualidade in natura	kg	320	3,98	1.273,60
49.	Abóbora de 1ª in natura	kg	650	2,70	1.755,00
50.	Alho graúdo	kg	300	24,80	7.440,00
51.	Banana de 1ª in natura tipo maçã	Kg	250	3,48	870,00
52.	Banana de 1ª in natura tipo prata	Kg	250	2,28	570,00
53.	Batata doce in natura	Kg	300	2,40	720,00
54.	Batata inglesa fresca 1ª qualidade	Kg	1.500	5,95	8.925,00
55.	Beterraba in natura 1ª qualidade	Kg	300	5,95	1.785,00
56.	Cebola branca seca 1ª qualidade	Kg	600	4,98	2.988,00
57.	Cenoura fresca 1ª qualidade	Kg	1.000	4,98	4.980,00
58.	Chucu 1ª qualidade	Kg	800	3,95	3.160,00
59.	Goiaba de primeira in natura	Kg	1.600	3,95	6.320,00
60.	Granola 250g	Pct	500	6,50	3.250,00
61.	Laranja de primeira in natura	Kg	1.500	2,23	3.345,00
62.	Maçã nacional tipo fuji de 1ª qualidade in natura	Kg	800	6,45	5.160,00
63.	Mamão tipo formoso de 1ª in natura	Kg	1.000	1,95	1.950,00
64.	Mandioca de 1º in natura	Kg	800	3,50	2.800,00
65.	Maracujá azedo de primeira in natura	Kg	2.000	6,85	13.700,00
66.	Melancia de primeira in natura	Kg	1.500	1,28	1.920,00
67.	Melão tipo amarelo de primeira in natura	Kg	300	1,95	585,00
68.	Orégano	Kg	15	29,90	448,50
69.	Pimentão fresco 1ª qualidade	Kg	50	3,85	192,50
70.	Repolho verde de primeira in natura	Kg	350	4,88	1.708,00
71.	Achocolatado líquido similar a "nestle" de 1 litro	Lt	1.200	5,85	2.047,50
72.	Leite pasteurizado tipo c	Lt	3.500	3,85	13.475,00
73.	Queijo mussarela fatiado	Kg	500	19,80	9.900,00
74.	Apresuntado fatiado	Kg	400	16,80	6.720,00
75.	Carne bovina fresca em peça (patinho, acém, coxão duro)	Kg	2.000	19,80	39.600,00
76.	Carne bovina patinho de primeira sem osso	Kg	300	19,80	5.940,00
77.	Carne bovina salgada tipo charque em pct de 500g	Pct	400	8,80	3.520,00
78.	Carne de frango em pct de 1kg	kg	2.000	6,98	13.960,00
79.	Carne de frango em pedaços congelado tipo coxa/sobrecoxa	kg	300	7,95	2.385,00
80.	Carne de sol de 1ª qualidade em pct de 1kg	kg	2.000	19,80	39.600,00
81.	Costela de boi	kg	100	10,95	1.095,00
82.	Mortadela de frango fatiado 500g	kg	300	6,80	2.040,00
83.	Ovos brancos grandes, c/bdj de 15 unidades	bdj	2.000	5,95	11.900,00
84.	Biscoito amantegado sabor chocolate embalagem de 400g	pct	1.500	2,99	4.485,00
85.	Biscoito amantegado sabor leite embalagem de 400g	pct	1.200	2,99	3.588,00



86.	Biscoito doce tipo maisena embalagem 400g	pct	1.200	2,99	3.588,00
87.	Biscoito doce tipo maria embalagem 400g	pct	1.200	2,99	3.588,00
88.	Biscoito salgado tipo cream cracker água e sal bem 400g	pct	1.200	2,99	3.588,00
89.	Biscoito diversos (rosquinho, sequilho, raivinha, casadinho etc.)	kg	60	2,99	179,40
90.	Bolacha tipo rosquinha 500g	pct	400	3,48	1.392,00
91.	Pães de queijo	und	2.800	0,48	1.344,00
92.	Pão de forma	pct	2.500	3,98	9.950,00
93.	Pão (p/cachorro quente) c/10 und	pct	2.000	3,49	6.980,00
94.	Pão (p/ Hambúrguer) c/10 und	pct	650	3,49	2.268,50
95.	Polpa de frutas sabores 1kg	kg	2.500	7,98	19.950,00
96.	Polpa de frutas sabores 500g	kg	1.500	6,00	9.000,00
97.	Raspadura 500g	und	60	3,80	228,00
98.	Caldo de galinha 19g	und	100	0,35	35,00
99.	Manteiga da terra 500g	grf	120	5,98	717,60
100.	Achocolatado em pó com 1 kg	pct	300	9,98	2.994,00
101.	Achocolatado em pó em 400g	pct	350	3,98	1.393,00
TOTAL GERAL					492.943,58

Viçosa/RN, em 14 de Janeiro de 2016.

Kleberon Alves dos Santos
CPF: 011.905.264-41
Pregoeiro Oficial

ANEXO II



MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Nome _____ da _____ empresa).....,CNPJ Nº....., sediada na _____ (endereço) _____, (Cidade/Estado), declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente edital, do Pregão Presencial Nº 005/2016, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data: _____

Assinatura: _____

Nome do Declarante: _____



ANEXO III MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA E A EMPRESA, _____.

A Prefeitura Municipal de Viçosa/RN, com sede à Rua Ozeas Pinto, nº 140, centro, na cidade de Viçosa/RN, Estado do Rio Grande do Norte, devidamente inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 08.158.158/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ANTONIO GOMES DE AMORIM**, portador da cédula de identidade RG nº. _____ e do CPF Nº. _____, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a Empresa _____ estabelecida à rua _____ n.º _____, CNPJ nº _____, pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do Pregão Presencial Nº 005/2016, conforme consta do processo administrativo, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Decreto 3.931/01, e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – É objeto deste instrumento aquisição gradual de Gêneros Alimentícios destinados à manutenção do programa de distribuição de cestas básicas da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Viçosa, conforme especificações constantes do Anexo do edital do Pregão Presencial nº 005/2016, o qual integra este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2 - Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço:
.....

1.3 - Os produtos objeto deste contrato, deverão estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que só serão aceitos após exame técnico efetuado pela comissão de recebimento da Secretaria responsável e por servidor habilitado indicado para tal fim e, caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos, devendo ser retirados pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da notificação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - O presente contrato tem o valor global de R\$ _____ (_____) conforme proposta apresentada, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.



2.1.1 - O MUNICÍPIO pagará mensalmente, à Contratada o valor correspondente à quantidade de itens entregues no mês, conforme nota Fiscal, observados os preços unitários cotados na proposta.

2.2 - Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias, após liberação da Nota Fiscal pelo setor competente, mediante emissão de cheque em favor da CONTRATADA:

2.3 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

2.4 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

2.5 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 02 (duas) vias.

2.5.1 Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de regularidade do FGTS e CND do INSS.

2.6 - O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

2.7 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO E DO PRAZO

3.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.4 - O contrato terá vigência de 10 (dez) meses a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado se presentes os requisitos legais e se de acordo com a vontade das partes.



CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 – DO LICITANTE:

- 4.1.1. Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva entrega do objeto deste Contrato;
- 4.1.2. Aplicar à contratada penalidades, quando for o caso;
- 4.1.3. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- 4.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 4.1.5. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

4.2 - Da Contratada:

- 4.2.1. Fornecer o objeto nas especificações contidas neste Contrato, de acordo com a requisição, da quantidade e quais os produtos a ser entregues; diariamente se for o caso,
- 4.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- 4.2.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- 4.2.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 4.2.5. Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 4.2.6. Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no presente termo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1- Os casos de inexecução do objeto deste Contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, das quais se destacam:

- a) advertência;
- b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;



- c) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

5.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

5.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 5.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

5.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

5.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93.

5.6 – O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento Judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências.

5.7 – O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas para pagamento do preço referente ao presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: Prefeitura Municipal de Viçosa
Elemento de Despesa: 3390.30.00.00 – Material de Consumo



CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO

7.1 - A CONTRATADA somente poderá ceder, quer total quer parcialmente, este contrato, mediante prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Porto Alegre/RN, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor.

Viçosa/RN, ____ de _____ de 2016

Prefeitura Municipal de Viçosa/RN

Contratada

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____